

## **O manto europeu no século XVII: a disputa dinástica entre Bourbons e Habsburgos e o surgimento do sistema interestatal capitalista**

Marina Machado de Magalhães Gouvêa\*

**Resumo:** Busca-se retratar e analisar a conjuntura europeia com base nos conflitos entre as dinastias Habsburgo e Bourbon de finais do século XVI a finais do século XVII. A partir de um aspecto da conjuntura - as guerras deflagradas no período e das conquistas territoriais via matrimônio pela lógica dinástica - procura-se investigar o nascimento de uma lógica de conquista nacional e capitalista das entranhas da própria lógica dinástica-feudal, que dela se alimenta e a ela se contrapõe, tendo como marcos distintivos a transformação das bases produtivas na região, a nova ordem política reconhecida pelos acordos da Paz de Westfalia (1648) e a continuidade dos conflitos militares após tais acordos, deixando às claras a essência do sistema interestatal capitalista, que logo se expandiria para o resto do mundo.

**Palavras-chave:** Habsburgo, Bourbon, sistema interestatal, capitalismo, guerra

**Resumen:** Buscamos retratar y estudiar la coyuntura europea a partir de los conflictos entre las dinastías Habsburgo y Bourbon desde finales del siglo XVI hacia finales del siglo XVII. Estudiando un aspecto de la coyuntura - las guerras del periodo y las conquistas territoriales obtenidas por vía matrimonial en el marco de la lógica dinástica - investigamos el nacimiento de una lógica de conquista nacional y capitalista desde las mismas entrañas de la lógica dinástica-feudal, que de ella se alimenta y a ella se contrapone, distinguiéndose principalmente por la transformación de las bases productivas en la región, por el nuevo orden político reconocido en los acuerdos de la Paz de Westfalia (1648) y por la contiuidad de los conflictos militares tras dichos acuerdos, desvelando la esencia del sistema interestatal capitalista, que pronto se expandiría por el orbe.

**Palabras-clave:** Habsburgo, Bourbon, sistema interestatal, capitalismo, guerra

---

\* Mestranda do Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional (IE/UFRJ). Bolsista CAPES. E-mail: [marinagouvea@gmail.com](mailto:marinagouvea@gmail.com) (todas as imagens são de arquivo pessoal).

## I. Introdução

*Em Passárgada, passear pelo tempo é fácil  
Lá ele é multidimensional  
como o é o espaço*

Se a análise de conjuntura rigorosa “implicaria (...) prever comportamentos e consequências com certo *grau de necessidade* de ocorrer no futuro, a partir de contradições, tendências e decisões que contam, no momento conjuntural analisado, com certo grau de liberdade para se combinar” (Fiori, 2003, p.30), a maior dificuldade na análise da *conjuntura atual* reside justamente em distanciar-se de seu próprio tempo e conseguir ver com relativa objetividade as múltiplas possibilidades de desenrolar dos acontecimentos, identificando contradições, interesses e tendências de longa duração. Reside justamente na impossibilidade de *prever* o futuro.

Por outro lado, se é sempre mais fácil a análise de conjuntura do depois, da anatomia do resultado conhecido, da crônica da morte antecipada, a maior dificuldade na análise de *conjunturas passadas* é justamente o efeito teleológico que esse conhecimento privilegiado pode ter sobre a análise das contradições – que então se apresentavam como inúmeras possibilidades. Ou mesmo sobre o reconhecimento tendencioso da própria existência de algumas destas contradições – e de outras não – dentre os poucos registros e dados que por vezes quedam de uma determinada época. Há que se desenrolar a trama e buscar o emaranhado de fios, qual Penélope de manto eternamente a desfazer-se.

O período compreendido neste artigo é, pois, nosso manto. Já estudado à exaustão, a partir da maior diversidade de pontos e enrolares de linha de que é capaz a mais hábil rendeira. Desde os diferentes – e de modo geral brilhantes – pontos de vista daqueles que o estudaram, o século XVII é tido como momento fundamental na transição do feudalismo para o capitalismo (Dobb, Sweezy, Parain, Vilar, Anderson), como desaguar do jogo de trocas e da constituição da identidade europeia, ao fim do “longo século XVI” (Braudel), como desaguar do processo constitutivo da economia-mundo capitalista (Wallerstein, Arrighi). Assim, desde qualquer uma das perspectivas ou desde todas elas, trata-se de um momento fundamental de transformação que lançou bases para a configuração do mundo tal qual o conhecemos hoje.

Mas, se em uma análise de conjuntura o essencial é caminhar pelos tempos e pelas várias durações, contextualizando e analisando os distintos interesses dos vários grupos, por vezes visíveis em um tempo e não em outro<sup>1</sup>, como casar as durações, as contradições e características de cada conjuntura às tendências de longa duração e às características mais estruturais em um dado

<sup>1</sup> Quaisquer que sejam suas motivações – política, econômica, ideológica, cultural, etc – todos tentam impor seus interesses particulares no espaço-tempo conjuntural (Fiori, 2003, p.31).

momento? É em certa medida a mesma dificuldade reconhecida por Braudel ao relativizar a concepção do tempo e do espaço, ou aquela reconhecida por Marx e Engels ao compreender a realidade como concreta um complexo de múltiplas determinações que só podem ser *conhecidas* abstratamente, tornando-se concreto pensado, e sobre cujo desenrolar tem enorme poder e influência, dialeticamente, esse próprio conhecimento necessariamente incompleto sobre a realidade e as decisões que tomamos com base nele<sup>2</sup>.

Partimos da hipótese de que a análise de um aspecto da conjuntura do período - as relações diplomáticas de matrimônio associadas à lógica dinástica-feudal e as guerras deflagradas - permite uma interessante perspectiva sobre suas nuances, visando a contribuir para a compreensão do surgimento de novos elementos – que podem e devem ser relacionados aos debates sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, ainda que este não seja o objeto principal do presente artigo. À medida em que a história dança por nossos olhos, o século XVII descreve na Europa quase um vivo romance – enredando paixões, acordos e interesses – do qual há certamente que distanciar-se, buscando o significado para além da mera crônica dos fatos, herança da historiografia positivista. O encadeamento dos fatos ou acontecimentos pode, entretanto, auxiliar na compreensão da *forma* pela qual o caminhante faz o caminho ao caminhar, para além de estruturas que podem inclusive repetir-se como tendências – e geralmente se repetem, marcando um conteúdo histórico determinado – mas que são fruto e síntese do desenrolar concreto da história, ao contrário de ser o desenrolar concreto ele mesmo a manifestação de uma *essência* ou *estrutura* existente a priori.

Assim, através desta série de conflitos militares e diplomáticos, a Europa pode ser vista como um grande palco no qual os interesses geopolíticos se conformam e se desenvolvem em consonância com as transformações do cenário econômico, social e político. A intrincada malha de conflitos internos e externos que se sobrepõem e de alianças entre distintos poderes que se fazem e desfazem serve apenas para esclarecer ainda mais o conteúdo transformador do período, no qual não apenas surgem as primeiras características do modo de produção capitalista enquanto tal, como se consolida o sistema interestatal europeu, marcado pelos tratados de Westfalia. Além disso, a Espanha perde sua hegemonia como potência europeia (ou, mais ainda, potência da “Europa a expandir-se”, mundial, portanto), que passa a ser disputada de maneira mais acirrada pela França e pela Inglaterra, com a vitória desta última, apesar da superioridade das conquistas territoriais francesas.

Em um primeiro momento, a análise do período permite identificar um amálgama de lógicas de conquista e dominação – de manutenção e expansão de relações de poder “internas” e “externas”

---

<sup>2</sup> Para Braudel (1982), enquanto o historiador fique preso na aparência dos acontecimentos, ele não entende o porquê das coisas, de modo que, do ponto de vista científico, o real é o que se pode perceber *também* além da aparência. Dentre tantas diferenças, essa concepção é um dos pontos de convergência entre braudelianos e marxistas possibilitaria, por exemplo, obras como as de Wallerstein ou Arrighi.

às unidades de poder – na qual a lógica capitalista da unidade para submissão interna conformando um pretense “interesse nacional” termina por substituir a lógica dinástica associada ao feudalismo. Assim, ao final do período o interesse nacional defendido por um exército de novo tipo (Kennedy, 1988) substitui de maneira geral os exércitos mercenários associados à lógica das guerras santas e da suserania e vassalagem.

Tal amálgama pode ser percebido claramente no embate entre o projeto expansionista habsburgo de monarquia universal, a resistência a ele e os projetos expansionistas próprios de cada um dos pequenos, médios e grandes poderes europeus em um processo que culminou com a fragmentação centralizada e centralizadora do espaço europeu e a conformação definitiva de um sistema interestatal capitalista, a partir não apenas do entrelaçamento cultural e comercial confluyente dos séculos anteriores, mas de um sem-número de conflitos políticos, militares e territoriais (Fiori, 2004) unificado pela historiografia a posteriori, sob os nomes de “Guerra dos 80 anos” e “Guerra dos 30 anos”.

Claro está que não há um separador nem um continuum de lógicas. Mas as formas de submeter os territórios mudam e as formas de constituir-se enquanto poder mudam, em correspondência a distintas relações sociais. Assim, que papel cumpre a lógica dinástica no surgimento dos Estados nacionais modernos, que por sua vez serviram à construção do capitalismo? Quem casava com quem, e por quê? Retomamos aqui, a partir do viés da contraposição entre uma lógica de conquista feudal e uma lógica de conquista nacional-capitalista, as teses propostas por Vilar (1989) e Anderson (1977), que têm por objeto não apenas a possibilidade de nascimento do novo a partir das entranhas do velho, mas a análise sobre como este novo foi efetivamente parido, em cada situação histórica. O surgimento de uma lógica desde as entranhas da outra é nosso objeto.

A questão da religião aparece, pois, como fundamental na construção da identidade e das contra-identidades nacionais<sup>3</sup>, na medida em que mesmo a negação de determinados dogmas baseia-se neles, às avessas, para construir-se (Borheim, 1989). Procuramos não privilegiar, entretanto, uma visão dissociada do desenvolvimento da base material das sociedades e de suas contradições internas: as religiões precisam construir seus templos, a guerra precisa de estaleiros e o povo, por menos que coma, sempre come. Nesse sentido, consideramos o desenvolvimento das relações capitalistas de produção fundamental para a compreensão do período em toda a sua potencialidade.

Consideramos possível e necessário tentar apreender ao máximo a riqueza colorida dos mais diferentes processos históricos<sup>4</sup> e uma série de fatores que se conjugaram da maneira que se

---

<sup>3</sup> Entende-se aqui a construção das unidades nacionais não apenas como um processo de construção cultural, mas também – em muitos casos – como um processo de hegemonia de algumas culturas sobre as demais, no sentido gramsciano, em que a hegemonia dá-se pela coerção ou imposição e pelo consenso. Exemplo disso é a construção da Espanha a partir da hegemonia castelhana.

<sup>4</sup> Muitas das interpretações marxistas deixam de lado as particularidades concretas do processo histórico, a nosso ver não devido a uma falha do método materialista histórico em si, mas, em boa medida, pela derrota do movimento comunista representada pela cisma entre a produção teórica e a luta política e pelo abandono, por parte de muitos

conjugaram, mas poderiam ser outros tantos. Sem, no entanto, relativizar a história a tal ponto em que ela se torne idealista ou se dobre apenas aos interesses de quem a escreve. Afinal, já diria Einstein, o tempo depende de quem o olhe.

É este o fio da meada com o qual pretendemos conduzir-nos no labirinto da análise de conjuntura, relacionando-a cá e lá ao rico debate sobre a transição para o capitalismo, sempre útil na medida em que olhar o passado nos faz compreender melhor o presente, inclusive – e principalmente – para transformá-lo.

## **II. A Europa no início do século XVII**

A situação política e geopolítica da Europa no início do século XVII era muito distinta do que viria a ser algumas décadas mais tarde. Seria esta a última vez em que uma série de pequenos e grandes conflitos locais e regionais se misturavam em um grande conflito pelo espaço europeu e seus pedaços, da mesma maneira em que se misturavam as unidades de poder que protagonizaram tais conflitos. O período que aqui analisamos é justamente a calha que recolhe mais de cem anos (ou um “longo século”, na concepção de Braudel) de distintos processos de centralização político-territorial e disputa pelo poder, pelo espaço, e pelas populações que nele habitam. Deste período, emergem Estados-nação relativamente bem constituídos e delimitados e consolida-se o absolutismo, de modo que a próxima vez em que uma série de conflitos viria a transformar-se em uma grande e *relativamente única* guerra europeia seria durante as guerras napoleônicas, com a “exportação” política, cultural e militar dos ideais da Revolução Francesa em condições políticas completamente distintas: nesse então, já não se tratava da expansão de um amálgama de poderes conglomerado sob uma estrutura dinástica e de suserania e vassalagem, misto de “império” absolutista e “império” feudal (como era o caso dos Habsburgo na Espanha e na Europa Central e do Leste) no qual a divisão geopolítica ainda não estava bem determinada. Tampouco tratava-se da expansão de uma unidade de poder em disputa pela centralização e unidade internas, construindo-se na relação dialética da negação à expansão do outro (como era o caso da França borbônica). Tratava-se da expansão do Estado burguês francês, um verdadeiro Estado-nação desde qualquer ponto de vista.

Por outro lado, o palco no qual desenrolou-se a Guerra dos Trinta Anos também era diferente do cenário anterior em muitos aspectos: as mudanças econômicas já haviam corroído em certa medida as bases da antiga ordem feudal e em muitas partes o surgimento de novas classes e grupos sociais e de novos tipos de obrigação impunha relações sociais de novo tipo; houve a decadência do latim e a maior individualização oficial linguística; avanços na técnica e na comunicação; o renascimento comercial e o crescimento urbano; a invenção da Prensa de

---

intelectuais autodenominados marxistas, da questão essencial da tomada do poder e do debate sobre o poder.

Gutenberg; os anos da Renascença nas mais diversas regiões; a descoberta do continente Americano e de outras terras pelos povos europeus e o enorme impacto econômico, cultural, científico e moral sobre esses povos; a Reforma Protestante modificara drasticamente concepções, provocando a divisão dos cristãos na Europa Ocidental e havia sido um dos catalizadores do reconhecimento de individualidade e autonomia das distintas regiões através do direito *cuius regio, eius religio*, reconhecido de maneira limitada no Tratado de Augsburg (1555) e, posteriormente nos tratados que compuseram a Paz de Westfalia (1648), colocando formalmente um fim à Guerra dos Trinta Anos e lançando o embrião da estrutura político-diplomática do sistema interestatal europeu, essencial para a construção do capitalismo – em uma relação de retro-alimentação dialética – e recém-nascido para a história.

Na realidade, apesar da permanência de um espaço europeu ainda relativamente fragmentário (abundante em pequenos reinos, ducados, principados e mesmo cidades independentes), entre os séculos XV e XVII muitos países europeus – França e Inglaterra em especial – passaram por um processo de centralização de suas autoridades políticas e militares sob o poder do monarca e de oligarquias mercantis, acompanhado do aumento da tributação e da máquina burocrática. Tal centralização e fortalecimento da autoridade de unidades autônomas associadas a um território específico cuja população é incorporada configurou o surgimento dos Estados-nação modernos e relaciona-se diretamente à derrota de projetos de unificação europeia de conteúdo social radicalmente distinto e associado em muito maior medida à lógica feudal, da suserania e vassalagem, como o projeto de “monarquia universal”<sup>5</sup> da dinastia Habsburgo iniciado por Carlos V, que, ao deter os domínios da Espanha e do Sacro Império Romano Germânico (SIRG), dentre outros menores, constituiu uma espécie de “império feudal” (fundado na dinâmica imperador-príncipes eleitores – vassalos não eleitores) que chegou a controlar um quarto da população europeia no século XVI – com as devidas implicações em termos de produção, taxaço e contingente disponível para o exército – bem como uma série de fontes de riqueza, dentre elas cinco principais: a herança da Coroa de Castela (cedida pelas Cortes e pela Igreja Católica); a pujança dos maiores centros comerciais da Europa (as cidades italianas e os Países Baixos); as terras no continente Americano, seu gentio<sup>6</sup> e suas riquezas, inclusive o ouro e a prata; a disponibilidade das maiores casas financeiras da Europa, possibilitando o financiamento através do empréstimo e da emissão de duplicatas. Além disso, a própria extensão do Império e seu poder sobre o espaço

<sup>5</sup> Na opinião de Kennedy (1988, p.35), “apesar da retórica ocasional de alguns ministros dos Habsburgo sobre uma ‘monarquia universal’, não havia nenhum plano consciente de dominar a Europa à maneira de Napoleão ou Hitler. Algumas das sucessões dos Habsburgo foram fortuitas, algumas de suas guerras provocadas e o Império era frequentemente colocado na defensiva pelo Islã”. A idealização da monarquia universal, católica, remetia-se ainda ao ideário da época imediatamente anterior, a exemplo de Erasmo de Roterdã (que ironicamente teve significativa influência sobre alguns movimentos protestantes).

<sup>6</sup> Não sobra destacar que a dominação sobre os povos americanos e africanos deu-se de formas diferentes entre si e diferentes da dominação sobre a população europeia, tendo servido em última instância, entretanto, aos mesmos propósitos.

européu conferia-lhe imensa capacidade de tributação.

Kennedy (1988) destaca no entanto a duplicidade de carácter da vasta extensão do território do Império e sua bicentralidade tanto como pontos fortes quanto fracos. Ao passo em que vastos territórios amplificam o poder do Estado e da fração de classe que o controla, bem como a capacidade de acumulação de riqueza, vastos territórios são também mais difíceis de serem política e administrativamente organizados e militarmente defendidos. O exército necessita conquistar para taxar e taxar para financiar-se, em um ciclo sem fim. Historicamente, os elementos que favoreciam conjuntamente o Império Habsburgo não foram suficientes, porém, para contrarrestar as dificuldades por ele encontradas, dentre as quais o impacto da revolução militar sobre os custos do Exército e da Marinha<sup>7</sup>; a imensidão do Império em todos os sentidos, com grande número de inimigos, de tarefas e de frentes de batalha<sup>8</sup>; sua incapacidade de mobilizar recursos suficientes para cobrir as despesas de uma poderosa máquina militar<sup>9</sup>.

Em contraposição, o conteúdo do período na França deve ser analisado a partir da centralização absolutista do Estado e da modernização do exército<sup>10</sup> que seguiu claramente uma lógica de construção do *interesse nacional* francês, sintetizada pela *Raison d'État* defendida por Richelieu no marco de objetivos estratégicos determinados principalmente no contexto do enfrentamento à histórica adversária Inglaterra (tanto na disputa territorial pela Aquitânia e Países Baixos como na disputa pela hegemonia naval e comércio ultramarino), por um lado, e, por outro, à casa Habsburgo, em seus ramos austríaco e espanhol (no que se refere principalmente à derrocada do projeto contra-reformista e expansionista habsburgo de constituição de uma monarquia universal e ao domínio dinástico-territorial sobre a Espanha e os Países Baixos), apesar de muitas outras unidades de poder também terem presença significativa, como o Papado, Portugal, a Holanda ou a Suécia<sup>11</sup>. Na medida em que permeia o cenário militar e diplomático europeu, a questão religiosa é

---

<sup>7</sup> Aumento da escala, dos custos e da organização do exército (ainda mais significativo dado o aumento no número de frentes de batalha) como resultado de elementos táticos, políticos e demográficos. Por exemplo, o advento das unidades defensivas coesas de lanceiros (*pikemen*), de espadas de duas mãos (*swordsmen*), de bestas de duas mãos (*crossbows*) e o desenvolvimento dos arcabuzes, utilizados pelas unidades de artilharia, que reduziram a importância da Cavalaria frente à Infantaria, cuja proporção deveria crescer com a contratação de soldados profissionais (muitos deles mercenários), que demandam, além de seu soldo, mais equipamentos, mais ração, mais uniformes. O mesmo ocorre com a marinha, com a multiplicação das rotas comerciais que devem ser cumpridas e protegidas, o aumento das distâncias totais de cada rota – com as novas rotas ultramarinas – e os avanços tecnológicos na construção dos navios. As fortificações também sofrem radical mudança, com o advento das *tracé italienne*.

<sup>8</sup> Dentre as principais ameaças ao SIRG estão o protestantismo, o avanço do Império Otomano (tomam Belgrado em 1521, Rodes em 1522, o norte da África em 1523 – tendo como capitão de sua frota Khair-el-din, o famoso pirata Barba-Ruiva – e, em 1529 e 1583 assedia Viena), a França, o Papado (que se sente comprimido pela reunião dos direitos sucessórios de Milão e de Nápoles). E as inúmeras possibilidades de aliança tática entre todos esses inimigos e fronts.

<sup>9</sup> Apesar do fluxo cada vez maior de ouro e prata da América. Note-se que o crescimento da dívida interna e externa da Espanha e sua crescente dependência econômica frente à Inglaterra se acentuaram com a perda da Holanda, coração creditício do Império.

<sup>10</sup> Luís XIV reorganizou e equipou o exército francês, tornando-o o mais poderoso da Europa, além de ter construído o Hotel des Invalides e de ter renovado as fortificações nas fronteiras do reino, segundo a concepção do arquiteto militar Sébastien le Prestre de Vauban.

<sup>11</sup> A visão geopolítica da França se reflete, por exemplo, no projeto de construção do Canal de Midi (inaugurado em 1681), que em seus 240 km permitia a ligação logística entre o Mediterrâneo e o oceano Atlântico.

também essencial para a compreensão do período, mas não deve de nenhuma maneira ser dissociada de seu conteúdo social, econômico e geopolítico, como demonstram as posições de Richelieu.

Ao final do período, os Habsburgos consolidam seu poder na Europa Central, mas são definitivamente derrotados em seu projeto unificador-expansivo, principalmente na Espanha, para onde a dinastia Bourbon francesa exitosamente se expande. A derrota e a fragmentação da monarquia universal católica cede lugar aos Estados Nacionais modernos e ao sistema interestatal europeu. A França de Luís XIV foi vitoriosa também na guerra dos Países Baixos espanhóis (ou Guerra da Devolução, na historiografia francesa), tendo obtido conquistas significativas em Flandres. Holanda e Portugal conseguem sua independência, modificando o cenário ultramarino, no qual a Inglaterra surge como a grande vitoriosa (mesmo que ainda não tão significativamente em termos de conquistas territoriais), graças a seu próprio processo interno de mudanças, relacionado à transformação produtiva (Dobb, 1983) e das altas finanças (Dickson, in Hart, 2006), à revolução burguesa e reunião com a casa d'Orange (Hill, 1975) e, em última instância, à crescente hegemonia sobre a centralização dos processos de acumulação primitiva de capital internos e ultramarinos e sobre os processos de acumulação de capital na própria Europa.

Assim, se o volume indefinido de conflitos no cenário europeu durante os séculos XVI e XVII culmina em uma grande guerra generalizada, os tratados que conformam a Paz de Westfalia não devem ser considerados efetivamente como pontos de viragem no cenário da guerra propriamente dita, uma vez que os conflitos prosseguem, mas como marcos determinantes no processo de reconfiguração geopolítica e diplomática do período, ao reconhecer certa soberania por parte de Estados Nacionais Modernos e autônomos, cujas relações de complementaridade e contradição conformaram o Moderno Sistema Interestatal europeu.

A Guerra dos Trinta Anos inicia-se, portanto, como um conflito regional de corte religioso e feudal entre os príncipes protestantes da Boêmia e o Sacro Império Romano Germânico (SIRG<sup>12</sup>), mas desdobra-se em conflito geopolítico generalizado, envolvendo quase todas as unidades de

---

<sup>12</sup> Instaurado em 800 d.C por Carlos Magno, o SIRG compreendia inicialmente toda a Europa Central, metade da península itálica e as regiões hoje compreendidas pela França, Bélgica e Países Baixos. Após a divisão acordada entre Francia Ocidental, Francia Oriental (ou Germânia) e Itália, concedidas aos três filhos do Imperador (Tratado de Verdun, em 843), jamais houve paz e o Império dividiu-se progressivamente. Ao ser reconstituído por Carlos, o Gordo, o SIRG deixou de contar com a Francia Ocidental, que se desenvolveria progressivamente no Estado francês. O território sobre o qual o Imperador exercia sua suserania variou ao longo dos séculos, mas dentre as zonas de maior conflito sempre se destacaram Alsácia e Lorena (conflito com a França), o norte da Itália (conflito com o Papado) e as posições estratégicas para o controle sobre o Danúbio e o Reno. Os atores principais do enfrentamento que aqui analisamos nascem, portanto, de maneiras diferentes, mas de um ventre comum. Ainda que procuremos evitar a teleologia, é inevitável verificar que, posteriormente, foi ainda desse mesmo ventre que nasceu outra das potências que viriam a disputar a hegemonia europeia: a Prússia, ao mesmo tempo nascida no seio do SIRG e coveira final do Império Austro-Húngaro (Habsburgo), em um movimento bastante comum às relações de poder entre os Estados capitalistas. O projeto habsburgo de expansão por quase todo o cenário europeu se encerraria efetivamente apenas com a morte do último governante Habsburgo na Espanha (Carlos II) e a Guerra da Sucessão Espanhola, trazendo junto a seu esfacelamento o germe da estrutura de poder descentralizada que se perpetuaria na Alemanha até finais do século XIX.



poder europeias. Da mesma maneira, a própria questão religiosa assume novas formas e a sensualidade barroca – necessária na re-conquista de fiéis e contraposta as linhas retas dos cânones clássicos e aos enormes vãos góticos – se herege como instrumento e símbolo de poder, construtor da identidade católica cuja legitimidade<sup>13</sup> era disputada pela dinastia Habsburgo, pela França e pelo Papado.

### **III. A construção do projeto Habsburgo de Monarquia Universal e a expansão borbônica do Estado-nacional francês**

O berço e principal base territorial da casa Habsburgo é a Europa Central. Os Habsburgo assumiram o reino da Áustria no século XIII, após breve interregno que se seguiu ao fim da dinastia Babenburg na região, sem deixar herdeiros. Na região da Boêmia, os Habsburgo chegaram ao poder pela via dinástico-matrimonial. A primeira dinastia real que dá sequência a uma série de reis legendários e duques é a dinastia Premislida, com Otakar I, em 1197. É, entretanto, após o interregno dinástico de 1306-1310 que se estabelece na Boêmia a Casa responsável por projetar a região no cenário europeu, a dinastia Luxemburgo, à qual pertenceram tanto Carlos IV (Carlos I da Boêmia, rei reformador responsável pela construção da Cidade Nova de Praga e da primeira universidade da Europa Central nesta cidade) e Sigismundo de Luxemburgo, ambos consagrados Imperadores do SIRC, respectivamente entre 1346-1378 e 1419-1437.

Sigismundo foi responsável pela consolidação do catolicismo na Boêmia, destruindo violentamente aquela que talvez tenha sido a primeira revolta protestante na Europa, liderada por Jan Hus cerca de cem anos antes da publicação das Teses de Lutero. Hus morreu queimado em 1419, mas o movimento hussita foi certamente uma das sementes mais importantes da revolta protestante que colocou mais tarde no poder o príncipe do Palatinato Frederico V, tendo sido reivindicada na II Defenestração de Praga (1618), considerada pela historiografia como marco inicial da Guerra dos 30 Anos. Ao não deixar herdeiros do sexo masculino, Sigismundo abre passagem para o primeiro governante Habsburgo no reino da Boêmia, Alberto de Habsburgo (já duque da Áustria), casado com sua filha. Alberto foi ainda rei da Hungria e da Croácia, herdadas pela dinastia Luxemburgo através do casamento de Sigismundo com a rainha da Hungria, Maria I, herdeira da coroa angevina ostentada também por Luís I, rei da Polônia. Foi coroado “Rei dos Romanos” em 1438, mas não chegou a ser sagrado imperador pelo Papa, tendo morrido em 1439 e

---

<sup>13</sup> Tal importância pode ser verificada pelo sem número de reis católicos legendários – verdadeiros ou não – em todo o cenário europeu, que um dia despertarão para salvar seus reinos do perigo externo com suas espadas mágicas, como os reis Artur (Inglaterra), István (Hungria), Venceslau (Boêmia) ou Sebastião (Portugal). A força da questão religiosa verifica-se ainda em sua influência fundadora sobre a obra de inúmeros autores até hoje, como Weber, por exemplo.

sido seguido por seu filho póstumo, Ladislau I. Alberto Habsburgo foi, no entanto, o primeiro Habsburgo a centralizar, sob o brasão da casa austríaca, a suserania sobre os reinos da Boêmia, da Hungria e da Croácia, além da marcada influência sobre a região da Polônia, território de expansão em permanente disputa. Esta seria, sempre, a “base-forte” da dinastia Habsburgo em seu braço austríaco, construída através do direito sucessório dinástico-feudal e mantida militarmente por alianças de suserania e vassalagem.

Com a morte de Ladislau I, houve um enfraquecimento do poder direto dos Habsburgo sobre a região (1458-1526), com o predomínio de reis lituano-húngaros da dinastia de Jaguillon que se seguiram ao lendário Mathias Corvinus, coroado como rei rival (ou anti-rei) da Boêmia em 1469. Indiretamente, entretanto, a dinastia Habsburgo seguia sendo o suserano maior da região da Europa Central, tendo mantido em seu poder a sucessão do SIRG desde a morte de Sigismundo de Luxemburgo. Durante o reinado de Frederico III, Habsburgo, como Sacro Imperador, o impasse histórico entre o SIRG e o Papado pende em favor dos Habsburgos, que reúnem todas as suas terras em 1490 sob a égide da Concordata de Viena, assinada pelo papa Nicolau V.

É, entretanto, Maximiliano I (1493-1519) o responsável pelo fim da necessidade da sacração dos chamados Reis Romanos como Imperadores pelo Papa<sup>14</sup> para seu reconhecimento *de jure*, bastando sua eleição pelos sete príncipes eleitores indicados na Bula Dourada de 1356 (atitude ratificada em 1508 pelo Papa Júlio II) e o responsável por aquele que talvez tenha sido o maior golpe dinástico da Casa Habsburgo e, certamente, aquele que exerceu maior influência sobre seu poderio na Europa: o casamento de seu filho Felipe, “o Belo” com a princesa Joana, “a Louca”, filha dos Reis Católicos da Espanha (Isabel de Castela e Fernando Aragão) que uniria, nas mãos do herdeiro Carlos V, próximo Sacro Imperador Romano (Carlos I da Espanha), sob o apoio e auspício dos banqueiros Fugger, os reinos da Espanha (e todo seu Império Ultramarino), os Países Baixos, o Franco Condado, a Áustria, a Estíria e o Tirol, além das cidades de Nápoles e Milão, ao sul e ao norte da sede do Papado. Durante o reinado de Carlos V como Sacro Imperador Romano, construiu-se também o caminho para o renovado e definitivo domínio direto dos Habsburgos sobre a Europa Central: auto-denominado paladino do cristianismo contra a Reforma Protestante (tendo banido Lutero após a Dieta de Worms) e contra o Império Otomano (que ameaçava muito concretamente o domínio territorial católico na Europa Central e do Leste), Carlos V lidera a Batalha de Mohács (1526), na Hungria, na qual lutaram efetivamente seus vassalos húngaros, à época reis da Hungria, Croácia e Boêmia, e na qual morreu Leohács Jaguillon, sem deixar herdeiros.

---

<sup>14</sup> O conflito de variáveis graus entre o SIRG e o Papado foi uma característica permanente, uma vez que ambas as unidades de poder necessitam de alianças, dada sua natureza: o papado, por ser uma unidade de poder essencialmente eclesiástica, apesar de imensa proprietária de terras; o SIRG, pela fragilidade de suas relações de suserania e vassalagem. A relativa unidade entre Coroa e Papado só será retomada com Carlos V (1519), da dinastia Habsburgo.

Segundo acordo celebrado em 1515 entre o próprio Maximiliano e Vladislav Jaguillon (antecessor de Leohács), no caso da ausência de herdeiros, o trono Húngaro-Boêmio passaria novamente à casa Habsburgo. Após Mohács, o Império Otomano estabelece-se definitivamente em Buda (antiga sede de Vladisláv), na margem oeste do Danúbio, que só seria retomada pelos Habsburgos no final do século XVII, sendo unificada a Pest apenas no século XIX, no marco de uma revolta húngara nacionalista de caráter burguês. Tal domínio foi reforçado inúmeras vezes, primeiro através do massacre definitivo da Revolta protestante na Batalha de Bilá Hora (Montanha Branca, em tcheco), em 1620, sob o domínio do Habsburgo Fernando II, eleito Sacro Imperador em 1619 à época da Defenestração de Praga e, mais de 150 anos depois, pela definitiva expulsão dos otomanos da região. A construção da identidade do Império comandado pela Áustria e a identidade do próprio SIRG sob a égide da luta pró-católica



*Convento localizado atualmente em Bilá Hora*



*Salzburgo, Áustria. Igreja gótica à qual acrescentou-se (como em todas as outras) decoração barroca no início do século XVII.*

pode ser apreciada não apenas através das vitórias militares, mas através da conversão de Fernando II em paladino da Contra-Reforma, associada no plano político-religioso à maior participação dos Jesuítas nas decisões do Império e, no plano artístico, ao “embarrocamento” dos principais ícones da arquitetura românica e gótica na região, em conformidade com a sensualidade plástica e conceitual barroca associada à busca Católica pelos fiéis, no marco da Contra-Reforma e da Inquisição.

No século XVI, portanto, os Habsburgos consolidam – pela via dinástica e por guerras travadas pelos exércitos de seus vassallos enquanto detentores do domínio do SIRG – o controle de reinos da Europa Central que compreendiam a maior parte da atual República Checa, a Eslováquia, a Hungria e parte da Croácia, sob o domínio da Áustria, tendo o Danúbio como principal via arterial e de defesa, bem como transformam a Espanha em um de seus mais importantes territórios, detentor de gigantescas possessões ultramarinas e da região que mais tarde se tornaria a Holanda, onde estavam instalados alguns dos primeiros mecanismos e instituições financeiros da história europeia.

A Guerra, como processo incessante de preparação para a guerra tal qual descrito por

Maquiavel, é extremamente custosa e esses custos aumentaram progressivamente ao longo dos séculos XVI e XVII (Kennedy, 1988). Assim, no que diz respeito à Holanda – cuja independência é peça-chave tanto no declínio do Império Habsburgo Espanhol, quanto na unidade militar francesa e até mesmo, a finais do século, na transição hegemônica para a Inglaterra e na Revolução Gloriosa – é justo afirmar que apenas um mecanismo extremamente revolucionário poderia dar a uma porção de território do tamanho das Províncias Unidas a capacidade de se impor militarmente perante as demais unidades territoriais e de poder europeias, ao ponto não apenas de jogar bem o jogo da constante preparação para a guerra, mas de ver-se em possibilidade real de vencer as demais potências europeias e impor sua hegemonia, acumulando território, impostos e poder – inclusive ultramarinos – em um sistema onde não aumentar seu poder significa submeter-se em maior ou menor grau a quem o aumente. Este mecanismo revolucionário foi a assim chamada “revolução financeira” na Holanda habsburga (Tracy, 1985. In: Hart, 2006, p.2), ou a manutenção de um *status* de grande potência na Guerra através do financiamento da mesma pela dívida pública (Hart, 2006)<sup>15</sup>.

As Províncias Unidas e sua dívida pública estiveram por muito tempo ligadas umbilicalmente ao poder de Carlos V e de Filipe II e à expansão do Império ultramarino espanhol (essencial para o surgimento do capitalismo em toda sua potencialidade), de modo que a perda das Províncias Unidas significou provavelmente um baque fatal ao já falido sistema espanhol de pagar dívidas com novas dívidas, ainda que alguns dos negócios se mantivessem indiretamente em certa medida, de acordo com os interesses privados (e não “nacionais”) de comerciantes e banqueiros de distintas nacionalidades.

Não por acaso, é durante o período da ascensão da casa de Castela e Aragão (à qual se unira a casa Habsburgo) à Coroa portuguesa (União Ibérica, 1580-1640), correspondente ao auge do poderio ultramarino do Império espanhol e portanto ao auge de seu aparato repressivo interno, inclusive com o deslocamento do centro decisório principal para Madri, que o mesmo perde seu poder sobre a região dos Países Baixos. Neste período, floresce a Companhia das Índias Ocidentais holandesa (criada em 1602), bem como a organização militar capaz de desembarcar, por exemplo, com cerca de 600 soldados no Forte da Barra em Salvador, fundar Manhattan, controlar o comércio de escravos com Angola e manter durante um período considerável de tempo o controle de Recife e Olinda. A Cia das Índias era em 1669 a mais rica companhia privada do mundo, com mais de 150 navios mercantes, 40 vasos de guerra, 50 mil funcionários e um exército privado de cerca de 10 mil soldados (Boxer, 1973).

A expansão habsburgo conferiu, assim, enorme importância geopolítica ao controle do

---

<sup>15</sup> Segundo Hart (pp. 6-7), no século XVII, o crédito da República Neerlandesa [*Dutch Republic*] provinha principalmente da província de Holanda [*Holland*], seguido pelo crédito do Recebedor Geral da União”. O cerne da “revolução financeira holandesa” estaria na transformação do imposto feudal sobre as cidades (*renten*) em dívida.

corredor denominado *Camino Español*<sup>16</sup>, que se manteria até 1620 como forma de ligação logística entre os territórios controlados por ambos os ramos dinásticos e como zona de segurança dos mesmos. Se “quem não sobe, cai” (Fiori, 2004) a expansão habsburga era inevitável, bem como também o era a expansão defensivo-ofensiva da França, cercada em todas suas fronteiras territoriais e enfrentando a pressão competitiva por centralizar-se internamente como única saída para manter-se. Assim, o ataque se identifica claramente à defesa e vice-versa e a escalada levaria posteriormente à já referida decisão da França católica de entrar em guerra contra a Espanha católica, governada pelos paladinos da Contra-Reforma no espaço europeu<sup>17</sup>.

Após a Defenestração em 1618, o cerco vitorioso feito por forças protestantes do Palatinado à cidade de Pilsen (hoje na República Checa) foi a primeira batalha da dita Guerra dos 30 Anos. Em seguida (1619), os protestantes liderados por Mansfeld sofreram expressiva derrota em emboscada em Záblati, quando dirigiam-se ao fortalecimento de sua posição em Budweis. No entanto, a mais expressiva batalha desta primeira fase da Guerra é aquela que consolida, *de jure* e *de facto*, a hegemonia habsburgo sobre a Europa Central e parte da Europa do Leste e constitui elemento fundamental na posterior “internacionalização” dos conflitos, frente à ameaça da expansão do poder habsburgo que, apesar de dividido desde a sucessão de Carlos V, ainda poderia unificar-se e constituir significativa ameaça aos demais poderes europeus. Trata-se de Bilá Hora (1620), em que o exército católico de cerca de 29 mil homens, conformado segundo a lógica feudal de suserania e vassalagem e liderado por Johann Tserclaes, conde de Tilly (situada na Bavária, apesar de Tserclaes ser natural de Brabante), conhecido na historiografia como von Tilly, vence os cerca de 21 mil soldados protestantes no que é hoje região metropolitana da cidade de Praga, invadindo na esteira da vitória o Palatinado e obrigando Frederico V a refugiar-se nas Províncias Unidas, em guerra contra o ramo espanhol da casa Habsburgo. O protestantismo foi proibido nos domínios imperiais e as línguas locais foram substituídas pela alemã.

Nos anos subsequentes, uma série de batalhas manteve ainda parte do caráter regional inicial do conflito, mas a pressão expansiva habsburga (ao atacar na Holanda e na Europa Central) era cada vez maior. A lógica da guerra feudal e sua contradição com a construção dos exércitos nacionais fica clara em muitas destas batalhas, como por exemplo Fleurus (1622) em que, após ser derrotado por um cerco coordenado por Tilly, Frederico V desmobiliza seu exército que, majoritariamente mercenário e fundado principalmente na cavalaria pesada. Alguns dos grupos mercenários, como o do próprio Mansfeld e o de Christian de Brunswick, passam a trabalhar para o exército

---

<sup>16</sup> O Caminho Espanhol foi utilizado pelos Habsburgo diversas vezes, tendo sentido sobre suas pedras desde as tropas espanholas em apoio à Coroa Francesa contra Henrique de Navarra até as tropas de repressão à guerra de independência das Províncias Unidas, chefiadas pelo Duque de Alba.

<sup>17</sup> Já em 1530, o então rei da França, Francisco I estabeleceu aliança tática com o sultão otomano e a Liga Smalkaldiana contra Carlos V. O ápice da expansão francesa nesse sentido dá-se, porém, durante a Guerra da Devolução, pelo domínio dos Países Baixos, e durante a Guerra da Sucessão Espanhola, durante o reinado de Luís XIV.

independentista holandês, superior em termos de técnica e disciplina, com a tarefa de controlar o rio Schelde através do cerco a Bergen-op-Zoom e impedir o retorno da ofensiva espanhola à sua base na Antuérpia.

Em 1624, frente à conjuntura de uma série de derrotas e buscando um balanço de forças mais favorável, os Estados germânicos protestantes buscaram uma aliança tática com Cristiano IV, rei da Dinamarca e da Noruega. Apesar de luterano, Cristiano tinha significativo interesse em barrar o fortalecimento habsburgo na região da Europa Central, de modo que o conflito já não pode ser considerado (se é que alguma vez pôde) majoritariamente religioso. O poder habsburgo na região encontrava-se, no entanto, relativamente centralizado e legitimado – alimentado pela sensualidade da Contra-Reforma – e sua capacidade de mobilização de distintas tropas vassalãs sobrepunha em muito o esperado pela aliança protestante, derrotada em Dessau e em Lutter de Barenberge (ambas em 1626). Em 1628, o reino dinamarquês já não oferecia ameaça na conjuntura europeia, tendo sido politicamente engolido pela expansão do SIRC e do reino sueco, que despontava como novo adversário em potencial da hegemonia habsburgo, tendo disputado historicamente o mesmo território de expansão que o SIRC na região do Báltico e em direção à Europa Central. Em 1630, o próprio rei Gustavo Adolfo II desembarcaria suas tropas – das quais fazia parte agora a cavalaria finlandesa – no norte da atual Alemanha, conquistando a Pomerânia. No desenrolar dos conflitos que se seguiram, os suecos chegariam quase até o Danúbio, apesar das primeiras batalhas de 1631 (Magdeburgo – importante cidade protestante, destruída pelas tropas de Tilly – e Werben) terem sido vencidas pelas tropas imperiais.

No jogo de alianças táticas e interesses imediatos, entretanto, é comum muitos pequenos se juntarem contra o grande, buscando contrarrestar sua força expansiva. Ao tomar a Saxônia em setembro de 1631 e ocupar Leipzig, o exército imperial colocou contra si o eleitor da Saxônia João Jorge I, cujo exército somou-se ao exército sueco, vencendo ainda neste ano as tropas de Tilly na planície de Breitenfeld, alguns quilômetros ao norte de Leipzig, em terreno perfeito para o emprego dos canhões e artilharia pesados das tropas imperiais que, ainda assim, foram derrotadas pela agilidade do exército sueco. Cabe ressaltar a importância desta área da Saxônia para o domínio territorial do conjunto da região: em 1642, a vitória sueca nesta mesma planície viria a ser fundamental para a posterior assinatura da paz.

No dia 5 de abril de 1632, as tropas suecas atravessaram o rio Lech e encontraram-se ao exército de Tilly próximo à cidade de Rein, na Baviera, batalha na qual o general das tropas imperiais seria atingido por uma bala de canhão, morrendo de tétano cerca de vinte dias depois na cidade bávara de Ingolstadt. Com a desmoralização das tropas imperiais, a Bavária abre-se à expansão sueca, ameaçando temporariamente a própria Áustria, porto-seguro da dinastia Habsburgo desde a derrota do cerco otomano a Viena e colocando em cheque o status quo da suserania e

vassalagem que, não nos esqueçamos, baseava-se fundamentalmente na servidão (Vilar, 1976) e enfrentava ainda uma série de revoltas camponesas.

No mesmo ano, entretanto, também morreria Gustavo Adolfo, atingido em Lützen em uma batalha na qual o SIRG foi apoiado apenas pela Liga Católica, formada em 1609 para contrapor-se à Liga Protestante conformada em 1608. Apesar de ser vitoriosa contra as tropas imperiais ainda na batalha de Oldendorf (1633) após a morte de Gustavo Adolfo, a Aliança Protestante seria derrotada expressivamente em Nördlingen (1634) na qual enfrentou pela primeira vez um *exército habsburgo unificado de grande efetivo*, em que às tropas imperiais se incorporaram cerca de 18 mil soldados espanhóis e italianos, utilizando majoritariamente uma formação militar da renascença espanhola denominada *tercio* e composta por cerca de 3 mil *pikemen*, *swordsmen* e *arquebusiers* e derivada do *pike square* dos mercenários suíços. A derrota protestante foi significativa, apesar de não levar à vitória definitiva da liga católica habsburgo, que sofreria ainda uma série de baixas na guerra, em especial a partir da entrada da França no conflito, frente à ameaça da expansão habsburgo que cercava o território francês, modificando o cenário geopolítico europeu em direção a um dos muitos desenlaces que poderia ter tido esta determinada conjuntura.

A partir daí, as tropas suecas ainda conseguiriam realizar uma campanha relativamente bem-sucedida contra nobres locais, dirigindo-se para o leste em direção à Polônia e arrasando todas as principais fortalezas e castelos deste país, inclusive a da capital, Cracóvia, na qual os suecos sitiariam o poço de abastecimento da cidade, inexplicavelmente situado fora das muralhas externas. Venceram ainda a batalha de Chemnitz (1639) e as decisivas batalhas de Breitenfeld (1642) – já mencionada –, Jankau (1645) – com a vitória sueca nos arredores de Praga – e Wittstock (1636), na qual ficou patente, uma vez mais, a volubilidade dos laços militares dentro da lógica feudal de mobilização, com a mudança constante de liderança por parte de exércitos mercenários: após a Paz de Praga firmada entre o Império e a Saxônia em 1635, João Jorge I abandonara a aliança protestante e perfilara suas tropas ao lado das imperiais. Bánér e Torstensson, entretanto, substituindo Gustavo Adolfo no comando do exército sueco, derrotaram as tropas imperiais e as saxãs, saqueando a Saxônia em seguida. Esta aparente diminuição na capacidade de mobilização e resistência das tropas habsburgo, talvez já relacionada às grandes dificuldades de financiamento da guerra, só viria a concretizar-se de fato, uma vez mais, com a mudança da conjuntura europeia e a internacionalização definitiva dos conflitos com a entrada da França na guerra – que simboliza o abandono total da ideologia religiosa e o predomínio da lógica nacional nascente sob a forma da *Raison d'Etat*.

A pressão competitiva proveniente da expansão habsburga não foi, entretanto, o único propulsor da centralização política francesa e da iniciativa expansiva levada a cabo posteriormente pela dinastia Bourbon. As pressões internas por transformações, por parte principalmente dos

camponeses franceses foram fundamentais, bem como a competição com a Inglaterra. As contradições sociais refletidas nas disputas entre protestantes e católicos haviam chegado a um impasse já na metade do século XVI, à época da Reforma Anglicana na Inglaterra e da submissão do país aos interesses espanhóis através do casamento de Maria Tudor com Filipe II, pelo qual a casa Habsburgo pretendia estabelecer maior influência sobre o território da ilha. Foi esta, ainda, a época da assinatura do tratado de Augsburg no território do SIRG.

Nota-se que, na França, a necessidade de expansão do Estado inglês centralizado e nacionalmente identificado sob o comando de Elizabeth I (filha renegada de Henrique VIII e responsável pela significativa expansão do poder inglês sob a dinastia Tudor, sem ter jamais se casado para não dividir o poder, como o fizera sua irmã Maria<sup>18</sup>), jogou um papel fundamental na perseguição aos calvinistas huguenotes e demais protestantes (apoiados pela Inglaterra) pela Liga Católica. As guerras religiosas culminam na disputa dinástica pelo trono, nos massacres iniciados na noite de São Bartolomeu por ordem de Catarina de Médici<sup>19</sup> (1572) e na assinatura do Editto de Nantes, desdobrando-se em um conflito de grandes proporções que levaria ao trono em 1589 a dinastia Bourbon, liderada por Henrique de Navarra, ou Henrique IV (o protestante que se torna católico), após o assassinato de Henrique de Guise por Henrique III (filho de Catarina de Médici e Henrique II) e o assassinato deste por um católico fanático, concluindo o período conhecido como “dos três Henriques”.

A anulação do casamento de Henrique IV com Margarida de Valois, também filha de Catarina e seu casamento com Maria de Médici reafirmam a necessidade da aliança com alguns dos principais credores da Coroa Francesa, responsáveis por transacionar parcela significativa do dízimo papal. Junto ao assassinato de Henrique IV a caminho do Arsenal, tornando Maria regente, ambos os episódios refletem a conjuntura da época e o complexo cenário geopolítico europeu, no qual a famosa aliança “poder” e “dinheiro” se constituiu de maneira indissociável, porém não determinada a priori. Por um lado, os noivados dos herdeiros Luís XIII e Isabel de Valois com os *irmãos* Filipe IV da Espanha (Filipe III de Portugal até o fim da União Ibérica) e Ana da Áustria (ambos Habsburgo) refletiram a pressão competitiva e o jogo de conquistas e alianças entre a casa real francesa e a dinastia habsburga. Por outro, aumentaram a pressão dos príncipes franceses protestantes sobre o Estado francês centralizado. Em uma época em que as constantes revoltas

---

<sup>18</sup> Carlos V era ainda sobrinho de Catarina de Aragão, esposa de Henrique VIII, tendo o SIRG influenciado em grande medida a decisão do Papado de não conceder o divórcio ao rei inglês, episódio de enorme significado político no processo da Revolução Inglesa, que culminou com a conversão deste país ao anglicanismo (elemento essencial da troca e continuidade dinásticas, na submissão dos demais territórios grão-bretãos à Inglaterra e na construção da identidade nacional inglesa) e com o confisco de todas as terras pertencentes à Igreja Católica, em 1532.

<sup>19</sup> Na França, o casamento em 1533 de Catarina de Médici (sobrinha-neta do Papa, Clemente VII, e bisneta do “Príncipe”, Lorenzo di Médici, influenciada por Maquiavel) com o futuro herdeiro do trono francês, que viria a ser coroado Henrique II, refletira a importância de Florença, credora de muitas Coroas através de seus bancos, no cenário europeu, bem como a importância da disputa do poder sobre este território. Catarina casara-se após a submissão da República de Florença – que tirara temporariamente os Médici do poder – por Carlos V.



populares refletiam dialeticamente a necessidade e a realidade da centralização do Estado, como mostra Anderson (1977).

No jogo dinástico, ambos apostavam: não apenas os Habsburgo esperavam aumentar sua influência através do matrimônio com Bourbons, mas também estes esperavam aumentar sua influência sobre o território controlado pela Espanha e pelo SIRG. Entretanto, por esta via certamente saíam perdendo. Em um intento de aplacar os ânimos internamente, em 1614 Maria convoca os Estados Gerais após o casamento de Luís XIII com Ana Habsburgo. Em 1616, a regente admite Richelieu em seu conselho e em 1617, em uma jogada brilhante, o ministro logra isolá-la do poder e confiná-la à prisão domiciliar na torre de Blois, impondo à França o interesse nacional no lugar da aliança religiosa com os Habsburgo, profundamente desvantajosa em termos estratégicos.

A vitória da centralização do Estado e da *raison d'Etat* defendida pelo Cardeal Richelieu como princípio norteador das alianças militares internas e externas à França (passando por conceitos fundamentais como os de *interesse nacional* e *equilíbrio de poderes*) é o cenário no qual a França se posiciona oficialmente frente ao conflito europeu e reflete os interesses do grupo social vitorioso na disputa interna pelo Estado francês.

Richelieu foi o principal ministro de Luís XIII desde 1624 até o ano de sua morte, em 1642, tendo sido considerado “o arquiteto do absolutismo francês”. Sob seu auspício, o combate interno aos protestantes e a seus aliados ingleses foi seguido por uma aliança com setores protestantes germânicos, visando a reduzir o poderio Habsburgo – instalado nos dois lados da fronteira – sobre a potencial zona de influência Bourbônica e francesa. Paradoxalmente, é tentando manter “o velho” que se constrói o novo: o Estado nacional burguês nasce das entranhas do Estado absolutista e em contraposição a este, sendo parido por ele para dele dissociar-se e reassociar-se no emaranhado da história. De modo análogo, o Estado absolutista nasce das entranhas e em contraposição à descentralização feudal (Anderson, 1977), ao centralizar-se por uma lógica dinástica que mantém os privilégios de muitos grupos oligárquicos então dominantes, frente às contradições entre os vários interesses privados da nobreza aristocrática e entre estes e os vários interesses da burguesia que nascia pouco a pouco e do campesinado explorado, faminto e expropriado.

Neste caso específico, quer analisemos estes fatos a partir da lógica materialista dialética utilizada por Anderson, quer a partir de uma lógica geopolítica, a relação entre a expansão desestabilizadora e a destruição criadora apresentam-se patentes.

Assim, em 1637 a França já participaria – através do exército mercenário de Bernhard Saxe-Weimar – da vitória da liga anti-habsburgo sobre o SIRG e a Espanha, na batalha de Rheinfelden, na qual Saxe-Weimar (que lutara ao lado dos suecos na batalha de Nördlingen) obtém o controle sobre o Reno a partir da base de retaguarda na Alsácia para a qual batera em retirada sob a pressão do exército imperial em 1635. O controle do Reno possibilita ainda a vitória francesa de Breisach

(1638).

Em outubro de 1639, a casa Habsburgo sofre uma expressiva vitória associada à Guerra dos 80 Anos e à Independência holandesa, na batalha naval de Dunas, em que a frota holandesa, com uma esquadra de 13 navios comandada por Tromp, logra interceptar no Canal da Mancha a armada espanhola antes que a mesma pudesse reforçar Dunquerque – principal porto habsburgo na costa do Mar do Norte – com cerca de 24 mil soldados e marinheiros.

A supremacia militar espanhola só seria definitivamente substituída pela supremacia francesa, entretanto, na batalha de Rocroi (1643), em que as tropas francesas chefiadas por Luís II de Bourbon (à época duque d'Enghien e, mais tarde, príncipe de Condé) venceram os espanhóis na Catalunha. Em 1643 e 1644, as tropas francesas e o ramo imperial dos habsburgo ainda se enfrentaram diretamente diversas vezes – em Tuttlingen, com a vitória do SIRG e a retirada do exército francês para a Alsácia através do Reno e em Freiburg, com a vitória do assalto de três dias liderado pelo visconde de Turenne às tropas bávaras entrincheiradas lideradas por Mercy, que haviam vencido as tropas francesas em Tuttlingen e feito milhares de prisioneiros. Esta foi a batalha com o maior número de baixas documentadas em toda a Guerra dos Trinta Anos.

Na realidade, na conjuntura europeia do século XVII o controle sobre os rios Reno - e Danúbio e, portanto, o controle da mobilidade sobre todo o território - era fundamental. Já ao final (formal) da guerra, a posição de controle sobre o Danúbio foi disputada uma vez mais em Nördlingen (1645), no episódio conhecido como batalha de Arleheim, em que o exército imperial (comandado por Mercy, morto na batalha) tentou barrar a contra-ofensiva francesa liderada pelo visconde de Turenne e pelo príncipe de Condé em direção à Baviera através do acesso ao rio. Após a derrota imperial, a Baviera viu-se forçada a iniciar as negociações de paz que conduziram, dois anos depois, à trégua de Ulm. A última grande batalha da Guerra dos Trinta Anos (Lens, situada em Flandres), se daria entretanto apenas em 1648, com a vitória do exército do príncipe de Condé sobre a armada *espanhola* sob o comando do arquiduque *austríaco* Leopoldo.

Assim, ao passo em que o principal efeito das guerras civis e religiosas travadas ao longo do século XVI dentro do território francês foi o processo de centralização e fortalecimento do Estado francês, que confluiria nas mãos da dinastia Bourbon para o absolutismo do “Rei-Sol” Luís XIV (*L'État c'est moi*), tal centralização mostrou-se fundamental no processo de expansão do poder francês durante a generalização dos conflitos europeus no século XVII através da Guerra dos Trinta Anos.

Foi durante o reinado do filho temporão de Luís XIII e Ana Habsburgo - e fruto, portanto, da política de casamentos entre Bourbons e Habsburgos (parte das disputas pela dominação territorial dentro da lógica dinástica proveniente de uma herança feudal) – que a França chegou a seu auge absolutista e expansionista. No entanto, a região já não era então um conglomerado de unidades

tipicamente feudal e a centralização do poder não era apenas religiosa, mas *nacional*. O poder real, enfraquecido durante o período Valois, se fortalecera em resposta às ameaças internas e externas, impondo-se ao povo, lutando por manter-se e ampliar-se, e opondo-se a seus adversários táticos e estratégicos.

Não deve-se, porém, cair na tentação de analisar o poder francês como a unidade *unitária* e *soberana* teorizada por Thomas Hobbes logo em seguida, visando à centralização do Estado inglês. A nosso ver, o Estado nunca é unitário, mas uma instituição em disputa, que reflete os interesses da(s) parcela(s) da sociedade que o detém. E o Estado francês, apesar da aparente contradição entre a centralização e a manutenção de determinados privilégios de nobres feudais, refletia os interesses da nobreza feudal em geral e os interesses de Luís XIV, dos nobres e do Clero próximo à sua corte em particular.

É justamente nesse contexto – da paz de Westfalia e do término formal da Guerra dos Trinta Anos - que se dá a Fronde (1648-53), precipitada pela taxaço do Parlamento (composto pelo Alto Clero e pela nobreza) por Mazarino, no marco da necessidade de financiamento da guerra contra os Habsburgos. A Fronde iniciou-se exatamente no ano em que Carlos I da Inglaterra fôra preso para ser em seguida decapitado e catalisou revoltas populares em Paris que levaram à fuga de Luís XIV desta cidade, ainda durante o período da Regência, colocando em questão um ator até então pouco levado em consideração – o povo –, ao mesmo tempo em que aquele que viria a constituir-se como sistema interestatal capitalista dava seus primeiros passos. A Fronde provavelmente influenciou ainda a posterior construção do Palácio de Versailles e o abandono do Louvre como centro principal do Estado francês pelo Rei-Sol. Durante seu governo, a reforma fiscal de Colbert recaiu principalmente sobre o campesinado e os comerciantes, pois apesar de incluir os *aides* e *douanes* (ambos taxas comerciais), a *gabelle* (imposto sobre o sal) e a *taille* (imposto sobre as terras), não tocou na isenção fiscal de que se valiam o clero e a nobreza, acentuando os conflitos populares internos na França.

Luís XIV governaria longamente, até 1715, sendo que a influência de Giulio Mazarino (extremamente poderoso durante a regência de Ana, que encerrou-se em 1651 e seguidor de Richelieu), teria seguido até 1661. Em 1665, Luís XIV nomeou Colbert como Controlador Geral, e princípios mercantilistas passam a ser amplamente aplicados no que se refere ao comércio externo e à taxaço, fortalecendo o poder do Estado absolutista.

A atuação de Luís de Bourbon, futuro príncipe de Condé, no período subsequente também reflete magistralmente a disputa política interna na França à época. Luis poderia constituir uma ameaça para Ana da Áustria e Mazarino, na medida em que herdaria os títulos de príncipe du Sang e príncipe de Condé. E, mais importante, era um respeitado e vitorioso comandante militar com forte influência sobre o exército (apesar da rivalidade entre ele e o visconde de Turenne) e capacidade de

mobilização de grandes contingentes de mercenários. Tinha ainda grandes riquezas e direitos sobre vastos territórios, sendo senhor de porções significativas de Burgundy, Berry e Lorena (território fundamental para a consolidação da área de segurança francesa e para contrarrestar os projetos habsburgo). Seu irmão (Príncipe de Conti) detinha ainda Champagne e seu cunhado (duque de Longueville) a Normandia. Luís de Bourbon poderia atrapalhar a sucessão de Luís XIII por Luís XIV e a regência, e Ana e Mazarino não tardaram a percebê-lo.

Em setembro de 1648, Condé foi convocado pela rainha regente para reprimir a Fronda. De família nobre e ele mesmo senhor de vastas terras, o general lutou pelo Partido da Corte, liderando o exército que deveria dizimar os revoltosos em Paris e retomar a cidade. Entretanto, em 18 de janeiro de 1650, Anna e Mazarino determinam a prisão de Condé, Conti e Longueville, junto a Turenne e seu irmão (o duque de Bouillon), que logram escapar do complô, não por acaso eclodido após a Paz de Westfália, quando haveria mais condições de orquestrar um golpe interno e, apesar da continuidade da guerra em muitas regiões, parte de seu papel enquanto legitimadora da unidade nacional estava findo.

Com o apoio de alguns nobres a Condé e aos demais príncipes, passaram a existir a “Fronda do Parlamento” e a “Fronda dos Nobres”. Liberados em 1651, os príncipes da nova fronda vêm-se politicamente isolados e Condé decide aliar-se à Espanha, contra a qual lutara durante toda a Guerra dos Trinta Anos. Condé e Turenne chegam inclusive a enfrentar-se militarmente, em 1651, na batalha de Faubourg St. Antoine.

Em uma das ironias dialéticas da história, apesar do objetivo inicial da Fronda (nobre e parlamentar) não ser revolucionário, mas a defesa de antigas liberdades da aristocracia feudal, ao receber o apoio de revoltas populares o movimento resultou finalmente na centralização ainda maior do poder do Rei e na perda de poder da aristocracia territorial, contribuindo enormemente para o absolutismo de Luís XIV.

Assim, é da resistência feudal não exatamente ao *capitalismo* ou à *burguesia* nascente, mas a setores da própria nobreza e ao povo – superexplorado para sustentar o sistema de suserania e vassalagem<sup>20</sup> na qual a *taille* fora catapultada às alturas por Mazarino para financiar a guerra contra os Habsburgos – que nasce o absolutismo, atacando as próprias relações feudais e sendo atacado de diferentes modos por aqueles que terminam por sustentá-lo. O recém-nascido estado-nação moderno e as alianças entre príncipes e banqueiros viriam a ser fundamentais, por sua vez, para o surgimento do próprio capitalismo.

---

<sup>20</sup> Destacamos que as complexas e relações de suserania e vassalagem não devem ser reduzidas a um único esquema linear. No que se refere à cobrança de impostos na França, por exemplo, havia três tipos de províncias (*pays d'élection*, *pays d'état* e *pays d'imposition*), de acordo com o domínio da Coroa central sobre os demais senhores territoriais, aos quais correspondiam direitos e obrigações diferentes perante o governo central.

#### IV. O novo cenário geopolítico: a decadência do poder habsburgo

Ao passo em que a França entrara na Guerra dos Trinta Anos na esteira das vitórias espanholas na guerra de independência holandesa (década de 1620) e da vitória do SIRG contra a Suécia (1634), a *defesa* nunca é, do ponto de vista geopolítico, apenas *defesa*, mas ataque. Assim, o papel francês ao incitar as revoltas catalãs da década de 1640, bem como o apoio espanhol à Fronde em Paris denotam a inexorabilidade da disputa por território que, mais tarde, no contexto de novas relações sociais e de produção, se transformaria na disputa pela escala da acumulação capitalista. Através dos tratados que conformaram a Paz de Westfália (1648), a França ficou com a Alsácia e a Lorena, impedindo o acesso habsburgo à Holanda desde a Áustria. A paz formal, na qual talvez a política fosse a continuidade da guerra por outros meios, não o contrário, foi estabelecida apenas com o ramo austríaco da casa habsburgo e a guerra aberta com a Espanha durou ainda cerca de mais dez anos, durante os quais a França católica estabeleceria ainda aliança militar transitória com a Inglaterra de Cromwell.

Do ponto de vista militar, a derrota decisiva veio com a derrota do exército espanhol em Dunquerque em 14 de junho de 1658 (batalha das Dunas), na qual 18 mil soldados franceses liderados pelo visconde de Turenne e apoiados por 3 mil soldados da *Commonwealth* inglesa sitiaram a guarnição espanhola em Dunquerque, de cerca de 3 mil soldados. A guarnição teria recebido reforço de 15 mil homens, entre espanhóis, realistas ingleses e irlandeses e rebeldes da Fronde francesa, liderados por ninguém menos que o príncipe de Condé. A paz entre França e Espanha seria firmada formalmente em 1659, através do Tratado dos Pirineus, em uma ilha fluvial entre ambos os países, pelos ministros Mazarino e D. Luis de Haro.

Na prática, os conflitos militares não terminam sequer com o Tratado dos pirineus, deixando à clara a verdadeira essência da diplomacia desde suas origens, na qual a preparação para a guerra não é a exceção, mas a regra: pelo acordo dos Pirineus, por exemplo, a França habilmente abdicaria de pretensões sucessoriais a territórios então controlados pela Coroa Espanhola mediante – e apenas mediante – o pagamento de vultuosa indenização de guerra sob a forma de dote de Maria Teresa. Conhecendo de antemão a impossibilidade da Coroa Espanhola em pagar a indenização (agravada pela perda do centro financeiro de seu Império com a Independência das Províncias Unidas), Luís XIV abriu a janela definitiva para a pretensão francesa às terras de Brabante (nos Países Baixos), até então espanholas: Com a morte em 1665 de Filipe IV da Espanha, tio e sogro de Luís XIV, a sucessão de seu filho Carlos (Carlos II da Espanha) na região foi contestada pelo monarca francês, que ordenaria sua invasão em 1667 precipitando a guerra conhecida como “da Devolução” na historiografia francesa, na qual a França aproveitou-se da oposição histórica entre as ligas de Utrecht e Atrecht e dos problemas internos enfrentados pela República das Províncias Unidas, onde

Johan de Witt disputava o poder com Guilherme III, príncipe de Orange que se ligaria posteriormente à Coroa Inglesa, para conquistar Flandres e o Franco Condado.

Em resposta à velocidade do triunfo francês, as Províncias Unidas unem-se à Inglaterra e à Suécia em 1668, conformando a Tríplice Aliança que – ao modificar o cenário geopolítico da guerra – obriga Luís XIV ao Tratado de Aquisgran, pelo qual a França ficava com o controle de Flandres e devolvia o Franco Condado à Espanha<sup>21</sup>. Enquanto território de disputa e expansão dos poderes inglês e francês, a região de Flandres e dos Países Baixos sempre teve potencial desestabilizador que favoreceu em grande medida a conformação da república independente, hora aliada a uma das potências, hora à outra, na disputa pela hegemonia do nascente sistema europeu.

Em 1686, fundou-se a Liga de Habsburgo, visando ao controle da zona do rio Reno - região do antigo *Camino Español* - e à expansão em direção à França através de uma aliança militar que incluía o SIRG e vários governantes de estados vassallos, como o Palatinado, a Baviera e Brandeburgo, além da Suécia, das Províncias Unidas e da Espanha (cujos interesses em uma ação defensivo-ofensiva contra a expansão borbônica possibilitavam esta aliança tática entre a ex-possessão, antigo centro do Império espanhol, e este Império). Em 1688, Luís XIV invade o Palatinado sob o pretexto da ratificação da Trégua de Ratisbona e dos territórios por ela anexados à França, buscando enfraquecer a Liga. Como costuma acontecer em conjunturas explosivas, entretanto, o tiro saiu pela culatra: com a Revolução Gloriosa (1688) na Inglaterra, modificam-se também os interesses de classe defendidos pelo Estado inglês (que apoiara ativamente a França em sua guerra contra a Holanda durante a restauração da Coroa inglesa, intimamente ligada à Coroa francesa por laços dinásticos e interesses políticos), transformando a maior aliada tática de Luís XIV em inimiga, na medida em que o trono de James II passou a sua filha Mary II, consorte de Guilherme d'Orange (Guilherme III), príncipe da Holanda.

No firmamento da revolução burguesa que virara o país de cabeça para baixo, para usar a expressão de Christopher Hill, e candidatara a Inglaterra a potência hegemônica europeia e mundial (papel que viria a ocupar posteriormente de modo indiscutível), nesta nova conjuntura europeia, a Inglaterra acha por bem unir-se à Liga Habsburgo para conformar a chamada Liga da Grande Aliança. Luís XIV apoiou veementemente James Stuart (James II) na retomada não exitosa do trono Britânico, lançando a Inglaterra com maior força no conflito continental.

É nesse contexto que se desenvolveria, portanto, a Guerra dos Nove Anos (1688-97) entre a Liga e a França, na qual o papel efetivo da casa Habsburgo e do SIRG é já acessório e a disputa pela

---

<sup>21</sup> A Holanda independente prenunciava um novo modelo de organização política, com maior tolerância religiosa, economia estável e efervescente. O fortalecimento da frota naval associado ao crescimento e defesa das rotas comerciais conferiu-lhe posição de destaque que se reflete na construção da Companhia das Índias Orientais, em 1602 e do Banco de Amsterdam, em 1609, convertendo a Holanda na principal comerciante de escravos na Europa por volta de 1650 e na senhora de importantes possessões ultramarinas ligadas principalmente ao açúcar e ao tráfico negreiro, como o Suriname, Manhattan, porções do Brasil e entrepostos na África e na Oceania.

hegemonia sobre o recém-conformado sistema interestatal europeu se dá entre Inglaterra e França, com a vitória da primeira.

Durante a Guerra dos Nove Anos, as forças francesas eram amplamente minoritárias mas o enfrentamento ao Império Otomano por uma porção significativa das forças da Liga (em especial as tropas ligadas ao SIRG) possibilitou uma série de vitórias militares francesas. Através do Tratado de Rijswijk<sup>22</sup> (1697), a guerra tem um fim oficial, com o reconhecimento por Luís XIV de Guilherme d'Orange como monarca parlamentar da Inglaterra, a devolução das terras conquistadas pela França através dos Tratados de Nimegue (que se seguiram em 1678-79 à guerra da “Devolução”), a cessão da porção oeste da ilha caribenha Hispaniola à França pela Espanha (o atual Haiti) e facilitando a tomada de Milão e de Barcelona pelos exércitos franceses. A vitória inglesa, sob todos os aspectos é clara<sup>23</sup>.

Talvez a peça de conexão entre a hegemonia espanhola e a hegemonia inglesa possa ser encontrada justamente na Holanda (e portanto no marco da derrota Habsburgo frente à França),

---

<sup>22</sup> Os termos do tratado foram interpretados ainda como uma concessão para favorecer um sentimento pró-francês na Espanha que poderia eventualmente levar Carlos II (inicialmente contestado por Luís XIV, como vimos anteriormente), a designar Filipe Bourbon, duque de Anjou e neto de Luís XIV como seu sucessor. A morte sem descendentes diretos de Carlos II deu início a uma Guerra de Sucessão (1701-1714) que dominou o cenário europeu após a Paz de Ryswick: uma vez mais, a França e o Império Austríaco foram os principais adversários na contenda, através de Filipe, Duque de Anjou (o pretendente francês, bisneto da filha mais velha de Felipe III da Espanha, a mãe de Luís XIV, Ana Habsburgo, ou Ana da Áustria e neto da filha mais velha de Felipe IV, Maria Teresa, a esposa de Luís XIV, que segundo os termos tratados pelo casamento não poderia renunciar a suas aspirações dinásticas à Coroa) e de Carlos, (pretendente do ramo austríaco dos Habsburgo ao trono, Arquiduque da Áustria e posteriormente Sacro Imperador Romano, filho mais novo de Leopoldo I e bisneto de Filipe III). O complexo cenário político europeu, entretanto, fazia com que outras potências temessem a possibilidade do fim do Equilíbrio de Poder que poderia se precipitar através do domínio francês ou austríaco pela Espanha. Assim, William III (Guilherme d'Orange), rei da Grã-Bretanha e da Irlanda, defendia a pretensão do Príncipe Bávaro José Fernando (neto de Leopoldo I e de Margarida Teresa de Habsburgo, filha mais nova de Filipe IV e irmã de Carlos II, herdeiro por direito de acordo com o Primeiro Tratado de Partição firmado em Haia pela Inglaterra e pela França durante a Guerra dos Nove Anos, com o intuito de evitar uma aliança Hispano-Germânica, e ratificado pelo próprio Carlos II como seu único herdeiro). Com a morte de José Fernando, Carlos II (o último governante Habsburgo da Espanha) elege como herdeiro o Arquiduque austríaco Carlos, modificando posteriormente essa decisão em favor das pretensões francesas, em troca de que Filipe de Anjou renunciasse a sua posição na linha sucessória francesa para assumir o trono espanhol.

Em relação à Inglaterra, histórica inimiga francesa, além de descumprir os acordos previamente firmados sobre a partilha da Espanha através da nomeação de Filipe de Anjou como Filipe V da Espanha, colocando o território sob o domínio Bourbon, Luís XIV teria ainda transferido em 1701 o Acento (permissão para vender escravos às colônias espanholas) para a França, prejudicando o comércio triangular inglês, além de ter deixado de reconhecer o reinado de William III após a morte de James II, reivindicando o trono para o filho James II, James Francis Stuart. Assim, com o envio de tropas francesas aos Países Baixos espanhóis para assegurar a lealdade do reino a Filipe V, renova-se a aliança entre Grã-Bretanha, as Províncias Unidas, o SIRG e a maioria dos reinos germânicos. A Baviera, Portugal e Sabóia, por outro lado, aliaram-se a Luís XIV e Filipe V.

A morte de José I do império austríaco, filho mais velho de Leopoldo I, faria do Arquiduque Carlos o possível herdeiro de um Império tão grande como o de Carlos V, tornando-o também uma ameaça para a Grã-Bretanha, precipitando o início das negociações unilaterais de paz com a França, que culminaram no Tratado de Utrecht (em 1714, um ano antes da morte de Luís XIV), que reconhecia Filipe V como rei de Espanha e das Colônias espanholas e dividiam as possessões espanholas nos Países Baixos e na Itália entre a Áustria e Sabóia, cedendo Gibraltar e Menorca à Inglaterra, bem como uma série de possessões ultramarinas francesas.

<sup>23</sup> Portugal, por exemplo, anulou em 1702 seu reconhecimento a Filipe V, em clara demonstração do poderio que a Inglaterra já exercia sobre a Península Ibérica e o comércio ultramarino. As alianças com a Inglaterra e as Províncias Unidas e a aliança ofensiva com a rainha Ana, da Inglaterra, Leopoldo I, rei austríaco e Sacro Imperador, e os Estados da Holanda foram assinadas em Lisboa com o auspício de John Methuen, o mesmo diplomata responsável pela articulação do comercialmente desvantajoso Tratado dos Panos e Vinhos com a Inglaterra.

como sugere Hart (2006). A aliança entre Inglaterra e as Províncias Unidas e a chegada da casa de Orange à coroa parlamentar inglesa, sob a figura de Guilherme III trouxeram consigo a transformação das dívidas contraídas pela coroa inglesa em dívida *nacional* ou Dívida Pública (Dickson, 1967. In: Hart, 2006, p.2), possibilitando uma nova escala de financiamento das empresas de comércio e conquista por parte do Estado (pilhagem e dominação, em última instância, em escalas jamais vistas e dentro de uma sistematicidade tão bem estabelecida que a diferencia de outras experiências históricas similares, por sua eficiência).

Na segunda metade do século XVII, o Estado inglês desenvolveu sofisticados mecanismos de financiamento dos crescentes custos da guerra, através da construção de um Estado fiscal-militar (Brewer, 1989, pp. 2-73) cuja dívida pública, teoricamente lastreada no recolhimento de impostos mas necessariamente muito superior aos mesmos, literalmente criava moeda em montantes maiores que aqueles que corresponderiam à base produtiva da sociedade e, ao mesmo tempo, financiando também a transformação e a mudança de escala dessa base material. Em 1694, dá-se a fundação do Banco da Inglaterra e não seria injusto supor que o processo de construção da dívida pública inglesa (Revolução Financeira ou Altas Finanças) foi usado também no financiamento do processo de transição produtiva descrito por Marx ou Dobb.

Assim, a revolução financeira que viria a ocorrer na Inglaterra do século XVIII pode ter se inspirado em alguma medida em características institucionais holandesas conformadas durante os séculos XVI e XVII: Tracy (In: Hart, 2006) destaca como fundamentais no período aqui analisado, dentre outras, o estabelecimento de uma hierarquia de responsabilidades nacional e provinciais e a eficiência do sistema de recolhimento de impostos (que permite o surgimento de um mercado secundário de títulos da dívida pública, a partir da generalização da ideia de que parte dos juros desses títulos é paga regularmente pelo Estado através da reserva de uma porção da receita em impostos para esta finalidade).

Entretanto, longe de funcionarem como Bancos Centrais capitalistas, os bancos de Amsterdam e da Inglaterra não exerciam a função de emprestadores em última instância e “estabilizadores automáticos” (para utilizar a expressão de Minsky). Hart (2006, p.4) destaca, entretanto, que ao passo em que o Banco de Amsterdam (fundado em 1609 e uma das primeiras companhias por ações da história) exerceu até 1683 apenas um papel passivo – como intermediário entre os burgomestres locais, o governo municipal e a Companhia das Índias – o Banco da Inglaterra teria desenvolvido desde cedo um papel ativo, como instituição criadora de crédito ou de moeda, amplamente utilizado no financiamento da guerra e da preparação para a guerra na Europa e fora dela e peça central no processo de transformação das relações sociais de produção e de reprodução da acumulação de capital em escala ampliada.

Assim, constrói-se o cachorro que come o próprio rabo: o Estado dissocia sua dívida de sua



arrecadação efetiva, e tanto a acumulação primitiva de capital quanto a reprodução ampliada de capital são catapultadas a escalas inimagináveis, sustentadas política, econômica e militarmente pelo novo Estado Nacional.

Tudo indicava, portanto, a *possibilidade* histórica de passagem de hegemonia holandesa para a Inglaterra, cujo sistema produtivo e sistema financeiro internos desenvolviam-se de maneira associada e encontravam-se em plena transformação.

## **V. Conclusão**

De modo geral, os conflitos militares aqui analisados ultrapassaram o caráter feudal das rivalidades político-militares da Idade Média, apesar da lógica dinástica da qual nascem ter sua origem em última instância nas próprias relações de suserania e vassalagem feudais, marcando os confrontos e limites entre as grandes monarquias europeias, ou o processo de constituição dos Estados Nacionais Modernos e do Sistema Interestatal europeu fundado em um constante “jogo de trocas e de guerras” e na frágil manutenção do equilíbrio de poder entre as unidades que o compõem.

Enquanto muitos conflitos eram regidos pela lógica dinástica-feudal, surgia uma lógica de conquista fundada no nascente interesse nacional capitalista e, ao mesmo tempo, revoltas populares minavam a própria base social do sistema de suserania e vassalagem.

A desagregação do projeto universalista Habsburgo, a vitória territorialmente limitada do reino francês em sua resposta expansionista a suas fraquezas internas e externas, o surgimento de novos Estados Nacionais e a ascensão naval e econômica da Inglaterra completam o parto do sistema interestatal europeu, em cujo cenário os conflitos adquiririam novas magnitudes e contornos burgueses ao longo do século XVIII, com a transformação das relações sociais de produção e a expropriação dos camponeses.

Assim, nosso período de análise se encerra justamente com a conformação de um novo cenário geopolítico na Europa, cuja expansão é inerente à própria essência do sistema interestatal capitalista, com a modificação das estruturas produtivas em distintas regiões, em especial na Inglaterra, e com o início da difusão da moeda escritural e da complexificação dos meios de criar moeda.

## REFERÊNCIAS:

- ANDERSON, P. *Lineages of the Absolutist State*. London: New left books, 1974.
- BARREIROS, D. *Os debates sobre a transição: ideias e intelectuais na controvérsia sobre a origem do capitalismo*. Niterói: UFF, 2008. pp. 13-82.
- BORHEIM, G. *Introdução ao Filosofar: o Pensamento Filosófico em Bases Existenciais*. São Paulo: Globo, 1989.
- BOXER, C. *Salvador Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1973.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRAUDEL, F. A Longa Duração. In: *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1982. pp. 7-39.
- BREWER, J. *The sinews of power: war money and the English state, 1688-1783*. London: Unwin Hyman, 1989.
- DOBB, M. A evolução do capitalismo. São Paulo: Abril, 1983.
- DOBB, M. Uma réplica. In: SWEEZY, P. DOBB, M et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1977. pp. 57-66.
- FIORI, J. L. *O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- FIORI, J.L. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, J. L. (ORG). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HART, M. Mobilising resources for war in eighteenth century Netherlands. The Dutch financial revolution in comparative perspective. Disponível em: <<http://www.helsinki.fi/iehc2006/papers2/Hart.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2011.
- HEADLEY, J. *The emperor and his chancellor: a study of the imperial chancellery under Gattinara*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- HILL, C. *The World Turned Upside Down: Radical Ideas During the English Revolution*. Harmondsworth: Penguin Books, 1975.
- HILTON, R. Introdução. In: SWEEZY, P. DOBB, M et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1977. pp. 10-30.
- KENNEDY, P. *The rise and fall of great powers*. London: Unwin Hyman, 1988.
- PARAIN, C. A evolução do feudalismo europeu. In: PARAIN, C. VILAR, P. et al. *Capitalismo: transição*. São Paulo: Moraes, 1989. pp. 20-37
- POMIAN, K. A história das estruturas. In: LE GOFF, J. (Org.). *A história nova*. São Paulo:
- SWEEZY, P. Uma crítica. In: SWEEZY, P. DOBB, M et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1977. pp. 33-56.
- VILAR, P. A transição do capitalismo ao feudalismo. In: PARAIN, C. VILAR, P. et al. *Capitalismo: transição*. São Paulo: Moraes, 1989. pp. 39-53
- TAKAHASHI, M. Uma contribuição para o debate. In: SWEEZY, P. DOBB, M et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1977. pp. 67-96.
- WEBER, M. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1999.